

---

**30º Relatório da Comissão de Avaliação (CA) do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo.**

---

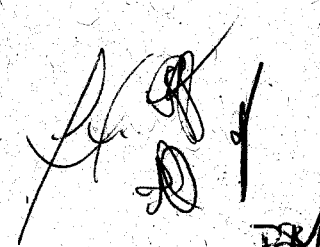
**Período Avaliatório: 01 de janeiro de 2013 a 31 de Março de 2013.**

## **1. INTRODUÇÃO**

O propósito deste Relatório é avaliar o Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Instituto Elo, verificando o grau de execução dos resultados pactuados no período de 01/01/2013 a 31/03/2013, conforme Sistemática de Avaliação definida no Termo de Parceria.

O Termo de Parceria em questão tem como objeto *“Desenvolver ações relativas à prevenção social da criminalidade e da violência, por meio da implantação, desenvolvimento e consolidação de Centros de Prevenção à Criminalidade - CPCs que:*  
*a) - previnam o ingresso de jovens na criminalidade; b) - realizem o monitoramento de Penas e Medidas Alternativas; c) - promovam, por meio de atendimento psicossocial, a educação e capacitação profissional do Egresso do sistema Penitenciário, objetivando uma efetiva integração social; d) - estabeleçam ações de Mediação; e) - realizem e promovam ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas”.*

Esta avaliação está embasada no art.14 da Lei nº 14.870/2003, e no art. 46 do Decreto nº 46.020/2012, que estabelece a CA como responsável pela análise dos resultados alcançados pela OSCIP em cada período avaliatório estabelecido no Termo de Parceria, com base nos indicadores de resultados constantes do programa de trabalho.



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

Conforme Resolução SEDS n. 1388, de 14/03/2013 esta comissão é integrada pelos seguintes membros:

I – Henrique Oliveira Carvalho – MASP 752251-9 pela Secretaria de Estado de Defesa Social;

II - Talles Andrade de Souza – MASP 1202015-2 pela Secretaria de Estado de Defesa Social;

III - Alexandre Guilherme de Araújo Compert CPF: 042.690.446-08 pela OSCIP;

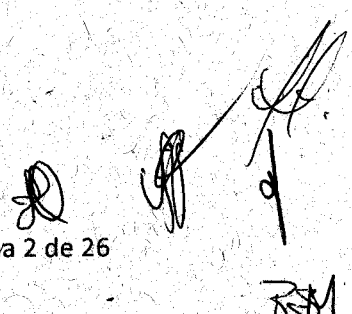
IV - Gleiber Gomes de Oliveira – CPF: 971.914.346-00 pela OSCIP;

V – Raphael Sardinha Moreira de Castro , MASP 1150552-6 pela SEPLAG.

**2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA**

Para empreender esta avaliação a CA realizou a análise do Relatório Gerencial encaminhado pela OSCIP em 15/04/2013. Destaca-se que este relatório foi previamente encaminhado pela OSCIP ao supervisor do Termo de Parceria, que efetuou a análise das informações, bem como a conferência das fontes de comprovação.

A avaliação dos resultados foi efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida pelo Termo de Parceria e seus respectivos aditivos. Além disso, foi gerada nota e foram feitas recomendações para o próximo período avaliatório.



3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS

Área Temática	Indicador	Peso	V0	Meta	Realizado	Dias de Atraso	Nota (CD)	Nota x Peso	
Desenvolvimento e Consolidação da Política de Prevenção à Criminalidade	1.1	Número de atendimentos no Programa Mediação de Conflitos	8%	19484	5100	5490	10,00	0,80	
	1.2	Número de novas penas e medidas alternativas recebidas pelo Programa CEAPA	8%	9937	2100	2123	10,00	0,80	
	1.3	Número de novos usuários inscritos no Programa PRESP	8%	3321	830	775	9,34	0,75	
	1.4	Número de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	8%	17966	5000	4867	9,73	0,78	
	1.5	Número de jovens em atendimento no Programa Fica Vivo!	8%	12646	14000	10999	7,86	0,63	
	1.6	Percentual de solução pacífica de conflitos	8%	84,25	70	83,63	10,00	0,80	
	1.7	Percentual de descumprimento das penas e medidas alternativas dos usuários do programa CEAPA	8%	NA	15	9,87	10,00	0,80	
	2.1	Percentual de participação dos técnicos e analistas sociais nas capacitações	4%	98,88	90	97,33	10,00	0,40	
	2.2	Percentual de participação dos Gestores Sociais nas capacitações	4%	100	90	100	10,00	0,40	
	2.3	Percentual de participação dos supervisores metodológicos e de gestão social nas capacitações	4%	93,33	90	100	10,00	0,40	
	2.4	Percentual de participação de técnicos sociais, analistas sociais, supervisores metodológicos, supervisores de gestão social e gestores sociais na Capacitação Geral	4%	98,88	-	-	-	-	
	2.5	Percentual de participação de técnicos sociais, analistas sociais, gestores sociais e funcionários da sede administrativa do Instituto Elo, recém contratados, nas capacitações iniciais	2%	100	100	100	10,00	0,20	
	2.6	Percentual de participação dos funcionários do Instituto Elo no processo de avaliação de competências	2%	95,08	-	-	-	-	
	Continuidade da execução da Política de Prevenção à Criminalidade	3.1	Número de dias utilizados para reposição de equipe	2%	7,35	8	19,17	0,00	0,00
		3.2	Número de dias utilizados para ampliação e composição de equipe	2%	NA	30	20,71	10,00	0,20
Divulgação e Comunicação do Trabalho Desenvolvido na Política de Prevenção à Criminalidade	4.1	Número de edições "Prevenção em Rede" publicadas	2%	1	1	1	10,00	0,20	
	4.2	Número de reuniões e encontros formativos entre os atores da rede parceira do PETP realizadas	2%	NA	9	14	10,00	0,20	
Gestão da entidade parceira	5.1	Porcentagem de cumprimento do Regulamento de Compras e Contratações pela OSCIP	8%	N/A	100	98,36	8,00	0,64	
	5.2	Execução orçamentária	8%	N/A	-	-	-	-	

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

<b>DESEMPENHO GERAL NO QUADRO DE INDICADORES</b>		
<b>à (Nota x Peso) (a)</b>	<b>à Pesos (b)</b>	<b>Nota (a/b)</b>
7,99	86%	<b>9,30</b>

**3.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:**

**Indicador 1.1 Número de atendimentos no Programa Mediação de Conflitos**

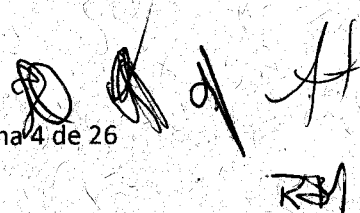
O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 5.100 atendimentos no Programa Mediação de Conflitos, sendo esta acumulativa ao longo do ano, e que foram realizados 5490 atendimentos entre janeiro a Março de 2013. O Programa superou a meta em 6,5%.

Neste trimestre houve pouca variação dos atendimentos realizados pelo programa. Dentre os 26 CPCs, 06 registraram variações, cuja diferença entre a média do trimestre e a média dos últimos 12 meses, foi maior que o desvio padrão dos últimos 24 meses.

Em 05 dos casos estas variações ocorreram de forma positiva e em apenas 01 de forma negativa, a saber:

- No CPC Jardim Felicidade a equipe técnica e a supervisão metodológica do programa associaram esta elevação de 26,28 atendimentos realizados, quando se comparadas às médias do primeiro trimestre de 2013 com a média dos últimos doze meses, é devido à maior articulação empreendida pelo programa com entidades da rede parceira, sobretudo com o CRAS (Conselho Regional de Assistência Social) que encaminhou muitos casos para atendimento. Além disso, a qualificação dos atendimentos gerou um número maior de retornos dos usuários ao programa;

- CPC Minas Caixa: a elevação de 28,44 atendimentos realizados pelo programa, quando se comparadas às médias do primeiro trimestre de 2013 com a média dos últimos doze meses, se deve a maior atuação do programa na região do bairro Serra Verde que passou a integrar a área de abrangência do CPC Minais Caixa. Foram



**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

realizadas mediações itinerantes naquela área, com o objetivo de facilitar o acesso dos moradores ao programa gerando, portanto, o aumento do número de atendimentos;

- CPC Taquaril: percebeu-se que no início do ano de 2013 a equipe focou nos atendimentos individuais em comparação aos últimos meses do ano, época em que ocorreram diversas ações de rede e fechamento do Projeto Temático.

- CPC Morro das Pedras apresentou uma variação negativa com queda de 30,62 atendimentos quando comparadas a média do primeiro trimestre de 2013 com a média dos últimos doze meses, pois foram identificados fatores de influência como: a composição da equipe e a dinâmica criminal mais intensa, embora não seja possível afirmar que sejam estes fatores determinantes.

Algumas reduções no número de atendimentos, comparados o primeiro (janeiro) ou os dois primeiros meses (janeiro e fevereiro) do trimestre ao terceiro mês (março) apesar de não serem atípicas, considerada a sistemática de avaliação adotada, merecem ser analisadas e acompanhadas. De forma geral, o OEP identifica que parte destes problemas podem ser minimizados com aprimoramento dos processos de reposição de equipe.

No CPC Cidade Cristo Rei em Montes Claros, o aumento dos atendimentos no mês de Fevereiro e Março, comparado ao mês de Janeiro, é reflexo da atuação do programa, considerando a expansão da área de abrangência para o bairro Vera Cruz.

Registra-se ainda que o CPC 1º de Maio não apresentou atendimento para os meses de janeiro e fevereiro, devido a sua recente inauguração (no mês de janeiro), o que demandou esforços preliminares da equipe para mapeamento da rede parceira, divulgação do programa para a comunidade e aprofundamento do estudo da dinâmica criminal e organizacional.

Fato semelhante ocorreu com o CPC de Uberlândia, bairro Morumbi, que apresentou um número menor de atendimentos comparado aos outros CPCs, tendo em vista que o mesmo foi inaugurado no final do ano de 2012.

**Relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria celebrado entre a  
Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo**

**Indicador 1.2 Número de novas penas e medidas alternativas recebidas pelo  
programa CEAPA**

O Instituto Elo informou no Relatório Gerencial de Resultados que a meta para o período era de 2100 novas penas e medidas alternativas recebidas, sendo o resultado 2123.

Apenas dois CPCs apresentaram variações atípicas neste trimestre, ambas negativas, CPCs Ribeirão das Neves e Betim. Estas variações negativas estariam associadas ao volume de aplicações de penas/medidas alternativas por parte do Poder Judiciário nestes municípios, conforme explicitado abaixo:

Em Betim e Ribeirão das Neves uma queda de 14,42 e 16,50 novas penas recebidas, respectivamente, quando se comparadas às médias do primeiro trimestre de 2013 com a média dos últimos doze meses, teve como causa a greve realizada pelos servidores do Poder Judiciário, no início de 2013, impactando neste resultado, considerando que a paralização do serviço judicial interfere diretamente no encaminhamento dos usuários ao programa.

Para além dos casos acima descritos, ainda que não tenha sido registrado como uma variação atípica, foi identificada uma queda nos encaminhamentos de novas penas e medidas, comparando-se ao primeiro trimestre do ano passado, no CPC de Juiz de Fora. Contudo, já estão sendo trabalhados pela Diretoria do Programa, Supervisão Metodológica e Gestão Social, encaminhamentos para compreender e intervir na queda dos atendimentos.

Cabe destacar que, conforme informado no último relatório, o OEP e a OSCIP realizaram reuniões no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte – JECRIM/BH, com o objetivo de dialogar sobre os encaminhamentos para os Projetos Temáticos e possibilidades de acompanhamento das penas pecuniárias. A partir de então, percebe-se uma tendência de crescimento do número de encaminhamentos em BH nos últimos meses o que já pode ser considerado um reflexo do trabalho desempenhado junto ao JECRIM/BH.